[French L. Arrington - A Doutrina da Apostasia no Antigo Testamento]

- Imprimir

Categoria: French L. Arrington
Publicado: Segunda, 22 Dezembro 2014 13:39
Acessos: 1379

Embora o Antigo Testamento descreva Deus como o soberano Senhor, ele não compromete a afirmação da liberdade e responsabilidade humana. No Antigo Testamento, cada um do povo de Deus era livre para rejeitar Sua graça. O comportamento de uma pessoa não era previamente ordenado por Deus. Era sua própria decisão que determinava se ele era contado entre os justos ou entre os ímpios.

Quando um indivíduo escolhia afastar-se de Deus e rejeitar a divina graça, Deus removia Sua presença e bênçãos. Muitos retrocederam e cometeram apostasia no Antigo Testamento. A ira ou as bênçãos de Deus eram inevitáveis, dependendo da resposta do Seu povo a Sua graça. Deus ansiava que Seu povo apóstata retornasse a Ele com um coração quebrantado e contrito. O Antigo Testamento indica que Ele estava sempre disposto a abrandar Seu julgamento com misericórdia e perdão, se eles se aproximassem dele em sincera confissão e genuíno arrependimento.

O ensino do Antigo Testamento é rico e variado. A partir de sua orientação geral, nós podemos tirar algumas conclusões sobre o assunto da segurança do povo de Deus.

1. *O Antigo Testamento não oferece nenhum suporte para a doutrina da segurança eterna incondicional*. Tal doutrina é irreconciliável com o teor de todo o Antigo Testamento. Apesar da palavra de Deus ao Seu povo infiel por meio de Seu servo Jeremias, eles continuavam em seus maus caminhos; mas para assegurar-lhes que ainda havia tempo para arrependimento, o profeta dizia-lhes que Deus estava casado com um povo apóstata (Jr 3:14). Deus continuou misericordioso e não quis rejeitá-los totalmente como Seu povo. Os justos que se afastavam de Deus e voltavam para o pecado eram responsabilizados e morreriam em seus pecados se não se arrependessem. (Ez 33:13). A crença "uma vez salvo, sempre salvo" não tem suporte no Antigo Testamento.

2. *A escolha de Israel por Deus para ser Seu povo não era garantia de segurança eterna*. Às vezes é afirmado pelos profetas que o arrependimento era possível, e que a destruição poderia ser evitada (Os 14:2), mas outras vezes a oportunidade para arrependimento havia passado (Amos 3:2; 8:2; Is 1:3; 2:6; 5:13, 25). Apesar de ser o povo escolhido de Deus, eles não podiam escapar das consequências de seus pecados e responsabilidade pelo que faziam.

3. *O Antigo Testamento não ensina que Deus determina antecipadamente as ações de um indivíduo*. A mão de Deus era vista em muitos eventos, mas as próprias ações de um indivíduo determinavam o curso de sua vida e futuro, incluindo seu destino eterno. Não há indicação de que Deus tenha um plano predeterminado para a vida de cada pessoa.

4. *A obediência a Deus e a Sua lei é incontestavelmente importante*. Esta obediência era desenvolvida e sustentada pela graça divina e não era medida pela perfeição e uma rígida conformidade com a lei. O que Deus esperava era fidelidade. A salvação de Israel era condicionada à obediência, que demonstrava o desejo de alguém agradar a Deus e fidelidade à aliança. A graça possibilitava esse tipo de vida.

5. *De acordo com o Antigo Testamento, as pessoas são capazes de responder à oferta de perdão de Deus e Sua ameaça de julgamento*. Deus permanecia livre para mudar Suas decisões pronunciadas e ajustar Sua conduta conforme a resposta de Seu povo. As coisas não eram predeterminadas ou inalteráveis. Embora Deus não mudava em Si mesmo (Nm 23:19; Tg 1:17), Ele mudava Seus planos em resposta às orações e em relação ao Seu julgamento (Êx 32:9-14). Deus tinha o direito de mudar de ideia e alterar Suas promessas e ameaças declaradas. Qualquer teologia que nega a liberdade soberana de Deus não é uma teologia bíblica (Ez 18:21-28; 33:13-16).

Tradução: Douglas Ferreira da Silva

Revisão: Paulo Cesar Antunes

Fonte: *Unconditional Eternal Security – Myth or Truth?*, 32-34